

ANO E SEMESTRE 2025 – 1

PROFESSORA: TEREZA CRISTINA SORICE BARACHO THIBAU					
CÓDIGO DA DISCIPLINA: DIP DIR 859					
TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL COMPARADO					
SUBTEMA: DIREITOS E LITÍGIOS COLETIVOS E ESTRUTURAIS: Brasil e Países da UE					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Quarta Feira	15:30 às 18:50	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	
THAÍS COSTA TEIXEIRA VIANA	Faculdade Milton Campos	

EMENTA
Análise dos Direitos e Litígios Coletivos e Estruturais sob os aspectos material, social, político, constitucional e processual peculiares aos procedimentos previstos pelo Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos no ordenamento jurídico brasileiro, em perspectiva comparada com países da União Europeia. Controvérsias Conceituais e Finalísticas entre os instrumentos do Processo Coletivo Comum, Processo Civil Estrutural, Litigância Estratégica, Litigância de Interesse Público, Medidas Estruturantes/Estruturais. Direito Processual e Direito Material Coletivos como fundamentos para a busca da conformação dos direitos sociais constitucionais e humanos. Análise e acompanhamento da tramitação do Anteprojeto de Lei do Processo Estrutural – Relatório Preliminar. O Código de Processo Civil e as normas atinentes à tutela coletivizada. Análise das Constituições: Brasileira de 1988 e das Constituições estrangeiras dos países vinculados à EU e a tutela das coletividades, sob a perspectiva estrutural e sistêmica.

BIBLIOGRAFIA
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Repercussões do Novo CPC: Processo Coletivo. Salvador: Editora JusPodivm, 2016.
GIDI, Antônio. <i>Las acciones colectivas Y la tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales em Brasil: um modelo para países de derecho civil</i> . Trad. Lúcio Cabrera Acevedo. México: Universidad



Nacional Autónoma de México - Instituto de Investigaciones Jurídicas, Série Doctrina Jurídica, Núm. 151, 2014.

GIDI, Antônio Carlos; TESHEINER, José Maria e THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho (org.). Processos coletivos: ação civil pública e ações coletivas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: Revista dos tribunais, 2017.

PENNA, Saulo Versiani. Controle e Implementação Processual de Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho. A legitimação ativa nas ações coletivas: um contributo para o estudo da substituição processual. Tese (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho (coord.) e ALVARENGA, Samuel (org.). Direito e Processo coletivo: diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte: Editora Vorto, vol. 1, 2019.

THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau et CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Prescrição, decadência e imprescritibilidade no direito material coletivo: análise crítica da recente jurisprudência do STJ. In Revista Brasileira de Direito Processual (impresso), v.81, p. 47-66, 2013.

VIANA, Thaís Costa Teixeira. Tomada de decisão estratégica e modelos agregativos de sujeitos no processo coletivo estrutural. (Tese de Doutorado defendida em ago. 2022). Repositório do PPGD da UFMG. 2023.

VIOLIN, Jordão. Processos Estruturais em Perspectiva Comparada: a experiência Norte-Americana na resolução de litígios policêntricos. Salvador: Editora Juspodivm, v. 1, 2023.

VITORELLI, Edilson et ZANETI JÚNIOR, Hermes (coord.). Casebook de Processo Coletivo: estudos de processo a partir de casos, vol. 1: Tutela Jurisdicional Coletiva. São Paulo: Almedina, 2020.

VITORELLI, Edilson et ZANETI JÚNIOR, Hermes (coord.). Casebook de Processo Coletivo: estudos de processo a partir de casos, vol. 2: Técnicas Extrajudiciais de Tutela Coletiva e Temas Especiais. São Paulo: Almedina, 2020.

VITORELLI, Edilson. O Devido Processo Legal Coletivo: dos direitos aos litígios coletivos. 3ª ed. rev. Atual e ampliada (Coleção o novo processo civil - Coord. MARINONI L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D.). São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2023.

VITORELLI, Edilson. Processo Civil Estrutural. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

Comissão de Juristas Responsável Pela Elaboração de Anteprojeto de Lei do Processo Estrutural no Brasil – Relatório Preliminar por Edilson Vitorelli (BRASIL).

DIRETIVA (EU)2020/1828 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25/11/2020: relativa a ações coletivas para a proteção dos interesses coletivos dos consumidores e que revoga a DIRETIVA 2009/22/CE.

GIDI, Antonio. Class Actions in Brazil – A Model for Civil Law Countries. In: *The American Journal of Comparative Law*. V.51. 2003. Disponível em:

<https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/amcomp51&id=323> –



RELATÓRIO da Comissão ao Parlamento Europeu, Ao Conselho e Comité Económico e Social Europeu (BRUXELAS, 25.1.2018 COM(2018) 40 final: sobre a aplicação da Recomendação da Comissão, de 11/06/2013, sobre os princípios comuns que devem reger os mecanismos de tutela coletiva inibitórios e indenizatórios dos Estados-Membros aplicáveis às violações de direitos garantidos pelo direito da União (2013/396/EU).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

